

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 3.^a SL

Em 20 de junho de 2018, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Designação de relator para Parecer sobre o Relatório à Assembleia da República - Provedor de Justiça 2017;**
4. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 844/XIII/3.^a (CDS-PP) - "Cria a Comissão de Avaliação Técnica Independente para o apuramento dos factos e análise dos procedimentos relacionados com o alegado processo de adoções ilegais na IURD" - Relatora: Deputada Catarina Marcelino (PS)**
5. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - A) **Projeto de Lei n.º 736/XIII/3.^a (PS) - Reforça a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na Internet (conclusão);**
 - B) **Projeto de Lei n.º 374/XIII/2.^a (PCP) - Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário (2.^a alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho) e Projeto de Lei n.º 772/XIII/3.^a (CDS-PP) - 2.^a alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, consagrando a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário, bem como a obrigação de revisão da lei no prazo de um ano;**
 - C) **Projeto de Lei n.º 781/XIII/3.^a (PS) - Altera o Código Civil, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legal na convenção antenupcial.**
6. **Discussão, nos termos do artigo 128.º/1 do RAR, do Projeto de Resolução n.º 1689/XIII/3.^a (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda com urgência às obras necessárias à requalificação do Posto Territorial de Oliveira do Bairro da GNR;**
7. **Discussão e votação do relatório sobre as seguintes iniciativas europeias:**

Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que visa reforçar a segurança dos bilhetes de identidade dos cidadãos da União e dos títulos de residência emitidos aos cidadãos da União e seus familiares que exercem o direito à livre circulação - COM(2018) 212 - Relator: Deputado Carlos Peixoto (PSD);

Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à reutilização de informações do setor público (reformulação) - COM(2018) 234 - Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS);
8. **Discussão e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**

Petição n.º 470/XIII/3.^a - "Contra o encerramento da 10.^a esquadra PSP de Lisboa (Arroios-Areeiro)" - Relatora: Deputada Andreia Neto (PSD);

Petição n.º 472/XIII/3.^a - "Adoção de medidas eficazes em casos de violência doméstica" - Relatora: Deputada Sandra Pereira (PSD)

Petição n.º 477/XIII/3.^a - "Solicitam a realização de auditoria à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores" - Relatora: Deputada Carla Tavares (PS);

Petição n.º 489/XIII/3.^a - "Solicitam referendo sobre a legislação da «delação premiada» e do «enriquecimento injustificado»" - Relator: Deputado Fernando Rocha Andrade (PS);
9. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
10. **Outros assuntos.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 3.ª SL

11H30

Audição do Procurador-Geral Adjunto, Dr. António Cluny, Membro Nacional da EUROJUST, para apresentação do Relatório Anual de Atividades do Gabinete de Portugal na EUROJUST referente ao ano de 2017.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição e comunicação das seguintes iniciativas:

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 920 XIII 3.ª (BE)	Elimina os vistos Gold	15-06-2018	15-06-2018	20-06-2018	Deputado Carlos Peixoto (PSD) Consultas a promover CSM, CSMP, OA, CSTAF

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO	ANÚNCIO COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 1705 XIII 3 (PS)	Recomenda a agilização dos procedimentos de legalização de imigrantes e a promoção do enquadramento excecional, por razões humanitárias, de imigrantes que demonstrem a inserção no mercado de trabalho por período superior a um ano	18-06-2018	18-06-2018	20-06-2018	A indicar pelo GP do PS

No segundo ponto da ordem do dia, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

15-06-2018	COM(2018)226 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às ordens europeias de entrega ou de conservação de provas eletrónicas em matéria penal	Deputado António Gameiro (PS) 20-06-2018	20-06-2018	CACDLG 11-07-2018
------------	--	---	------------	------------------------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 3.ª SL

15-06-2018	COM(2018)375 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos	Deputado José Manuel Pureza (BE) 20-06-2018	20-06-2018	CACDLG 11-07-2018
------------	---	--	------------	------------------------------------

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) foi nomeada relatora do parecer solicitado pela Comissão de Saúde acerca da [Petição n.º 494/XIII](#) - Carta para a participação pública em saúde.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi ainda designada relatora do parecer sobre o [Relatório anual da Provedora de Justiça 2017](#) a Senhora Deputada Susana Amador (PS).

Em seguida, procedeu-se à apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º [844/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - *Cria a Comissão de Avaliação Técnica Independente para o apuramento dos factos e análise dos procedimentos relacionados com o alegado processo de adoções ilegais na IURD*, que foi apresentado pela Relatora, Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), após o que foi aprovado por unanimidade (partes I e III), na ausência do PEV.

Intervieram no debate as Senhoras Deputadas Sandra Cunha (BE) – que declarou não acompanhar a intenção de criação de uma Comissão Técnica Independente (CTI), por, relativamente às alegadas adoções ilegais da IURD, estar em curso uma investigação criminal, o que, por força do princípio da separação de poderes, deveria impedir a criação da CTI; e por, quanto à análise dos procedimentos atuais do instituto da adoção, considerar perigoso misturar o que poderão ser crimes de há 20 anos com procedimentos e práticas definidos legalmente que podem levantar suspeita sobre o instituto da adoção em Portugal, a única hipótese de crianças institucionalizadas terem uma família; e que observou que a avaliação de todos os procedimentos atuais é importante mas é competência da Assembleia da República, eventualmente através de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 3.ª SL

um grupo de trabalho - e Vânia Dias da Silva (CDS/PP) – que agradeceu o parecer e assinalou que a investigação criminal é distante desta, pelo que não se verifica uma violação da separação de poderes, pretendendo-se antes uma avaliação procedimental e administrativa através de uma comissão de peritos, que conclua pela necessidade de uma alteração legislativa ou de uma alteração de procedimentos - e o Senhor Deputado António Filipe (PCP) que afirmou que votaria favoravelmente o parecer.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, adiada para a reunião subsequente, por acordo, a discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º [736/XIII/3.ª \(PS\)](#) - *Reforça a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na Internet* e, a solicitação do Grupo Parlamentar do PSD, do [Projeto de Lei n.º 781/XIII/3.ª \(PS\)](#) - Altera o Código Civil, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legal na convenção antenupcial, procedeu-se à discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs [374/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - *Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário (2.ª alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho)* e [772/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - *2.ª alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, consagrando a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário, bem como a obrigação de revisão da lei no prazo de um ano.*

Os projetos de lei em epígrafe, respetivamente da iniciativa dos Grupos Parlamentares do PCP e do CDS-PP, haviam baixado à Comissão em 9 de fevereiro de 2018, após aprovação na generalidade.

Em 25 de janeiro de 2017, a Comissão solicitou parecer escrito sobre o Projeto de Lei n.º 374/XIII/2.ª (PCP) às seguintes entidades: [Conselho Superior da Magistratura](#), [Conselho Superior do Ministério Público](#) e [Ordem dos Advogados](#).

Em 15 de fevereiro de 2018, a Comissão solicitou parecer escrito sobre o Projeto de Lei n.º 772/XIII/3.ª (CDS-PP) às seguintes entidades: [Conselho Superior da Magistratura](#), [Conselho Superior do Ministério Público](#) e [Ordem dos Advogados](#).

Em 29 de maio, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou uma [proposta de alteração](#) ao Projeto de Lei n.º 772/XIII/3.ª (CDS-PP)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 3.ª SL

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade das duas iniciativas, tendo, por acordo dos proponentes, sido submetidos a votação o artigo 1.º do Projeto de Lei n.º 772/XIII, o artigo único do Projeto de Lei n.º 374/XIII (subsequentemente numerado como artigo 2.º) e o artigo 3.º na redação da proposta de substituição apresentada pelo CDS/PP, que foram aprovados com votos a favor do BE, CDS/PP e PCP e abstenções do PSD e do PS.

No debate que antecedeu a votação intervieram os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD), Vânia Dias da Silva (CDS/PP) e António Filipe (PCP), tendo o primeiro justificado a abstenção do seu Grupo Parlamentar com a consideração de que a matéria exige uma reflexão mais profunda e que uma ligeira atualização dos honorários dos advogados no âmbito do apoio judiciário pode ser uma medida justa mas curta. Acrescentou que importaria que os advogados fossem remunerados de acordo com o trabalho efetivamente prestado e não segundo uma tabela acrítica que resultava em fraca remuneração de quem trabalhava muito e de melhor remuneração para menos trabalho, sendo por isso necessário ouvir o Governo sobre a matéria.

Pelos proponentes, intervieram os Senhores Deputados António Filipe (PCP) e Vânia Dias da Silva (CDS/PP), que dando razão às observações feitas, explicaram defender uma reformulação profunda da tabela, mas adiantaram que o alcance da iniciativa era tão-somente o de introduzir um ajustamento relativamente a uma consequência de norma constante dos Orçamentos do Estado, na medida em que sucessivamente vinham congelando o valor das custas judiciais (para, pelo menos, travar o seu aumento para valores in comportáveis, em face da sua indexação ao IAS), às quais estava, por seu turno, indexado o valor dos honorários dos advogados que, assim, eram vítimas colaterais daquela medida orçamental. Explicaram que, nas atuais circunstâncias, a decência mínima que se impunha era a de, com modesta intenção, se atualizar o valor dos honorários, o que não prejudicava o propósito de revisão da Lei, o que se deixava aliás consignado no artigo 3.º preambular como obrigação.

Foi assim aprovado um texto final das duas iniciativas.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 3.ª SL

Em seguida, teve lugar a discussão, nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do RAR, do [Projeto de Resolução n.º 1689/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda com urgência às obras necessárias à requalificação do Posto Territorial de Oliveira do Bairro da GNR.

O Projeto de Resolução dera entrada na Assembleia da República em 6 de junho de 2018, tendo baixado à Comissão em 7 de junho de 2018, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República. A requerimento do Grupo Parlamentar proponente, procedeu-se à discussão do mesmo em Comissão.

Intervieram na discussão na Comissão a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD) e Fernando Rocha Andrade (PS), que debateram o conteúdo do Projeto de Resolução (PJR) nos seguintes termos:

- A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) começou por dizer que o GP do CDS pretendia com este PJR obter uma nova resposta por parte do Governo relativamente ao estado de conservação do edifício do Posto Territorial de Oliveira do Bairro da Guarda Nacional Republicana (GNR). Tendo o Governo em sede de discussão do OE para 2018 admitido que estava prevista intervenção naquela infraestrutura e estando aprovada a Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna, questionou porque não se avançava com as obras de requalificação.

Em resposta às observações do Senhor Deputado Carlos Peixoto concordou que a figura do PJR não era a ideal, mas que face à falta de resposta do Governo às questões colocadas havia o GP do CDS-PP optado por este tipo de iniciativa.

- O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) começou por dizer que o GP do PSD não concordava com o método seguido pelo GP do CDS-PP de apresentar a questão sob a forma de PJR. Entendeu o mesmo que, face às condições em que se encontram a maioria das infraestruturas e equipamentos para as forças e serviços de segurança em todo o País, se corria o risco de se inundar o Plenário com uma maré de PJR para a solução destes problemas. Ressalvou que o seu GP entende que a figura da pergunta



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 3.^a SL

ao Governo satisfaz melhor esse desiderato, o que motivara o seu GP a endereçar uma pergunta ao Senhor Ministro. Disse ainda não haver forma de não concordar com um pedido ao Governo para que faça aquilo com que se comprometeu.

- O Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) referiu que, quando foi Secretário de Estado da Administração Interna num anterior governo e à época era governador civil de Aveiro o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão, já se tinha apercebido de um mal conjuntural de que sofrem as obras públicas em Portugal; pois apesar de a construção do Posto territorial da GNR remontar aos anos 80 do século passado, passados pouco mais de vinte anos já revelava desgaste e situação periclitante. Observou que a obra era prioritária já nessa altura. Foram entretanto feitas algumas obras de recuperação, mas a situação persiste e é necessário novo investimento. Essa ação está prevista para os anos de 2019/2010 de acordo com a lei de programação de infraestruturas e crê que a obra terá lugar dentro do prazo previsto.

No ponto seguinte, o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) apresentou o seu relatório sobre a iniciativa europeia [COM\(2018\) 212](#) - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que visa reforçar a segurança dos bilhetes de identidade dos cidadãos da União e dos títulos de residência emitidos aos cidadãos da União e seus familiares que exercem o direito à livre circulação, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Foi adiada para a semana seguinte a apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à reutilização de informações do setor público (reformulação) - COM(2018) 234, que não fora apresentado pelo respetivo Relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

Não tendo sido apresentados para discussão os outros relatórios finais, cuja apresentação foi anunciada, pelas respetivas relatoras, para a reunião da semana seguinte, foram apresentados e aprovados por unanimidade os relatórios finais das petições n.ºs [477/XIII/3.^a](#) - "Solicitam a realização de auditoria à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores" (apresentado pela Relatora, Senhora Deputada Carla Tavares (PS) e [489/XIII/3.^a](#) - "Solicitam referendo sobre a legislação da «delação

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 59/XIII/ 3.ª SL

premiada» e do «enriquecimento injustificado»", apresentado pelo Relator, Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS).

Não havendo pareceres da Subcomissão de Ética ou outros assuntos para abordar e após uma curta interrupção, teve início a audição do Senhor Procurador-Geral Adjunto, Dr. António Cluny, Membro Nacional da EUROJUST.

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Procurador-Geral Adjunto, que fez a apresentação do [relatório anual de atividades](#), bem como um balanço do seu mandato, com término em outubro próximo.

Seguiram-se as questões colocadas pelos Senhores Deputados Rui Cruz (PSD), Fernando Anastácio (PS), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e António Filipe (PCP), que foram respondidas pelo Senhor Procurador-Geral Adjunto.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da Comissão deu por concluída a audição, agradecendo ao Senhor Procurador-Geral Adjunto os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de junho de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 59/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Emília Cerqueira
Fernando Anastácio
Fernando Rocha Andrade
Filipe Neto Brandão
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sandra Pereira
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Moraes
Vânia Dias da Silva
Carla Tavares
Catarina Marcelino

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro
Isabel Alves Moreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais
José Luís Ferreira
Pedro Delgado Alves